



Fatores associados à insegurança alimentar em populações pobres do município de Diamantina-MG

Factors associated with food insecurity in poor populations in the city of Diamantina-MG

Karla Karolina Duarte SANTOS [1](#); Sabrina Maria Pimenta MANDACARU [2](#); Roseane Amado da MATTA [3](#); Nadja Maria Gomes MURTA [4](#); Ronilson Ferreira FREITAS [5](#); Angelina do Carmo LESSA [6](#)

Recibido: 18/09/16 • Aprobado: 21/10/2016

Conteúdo

- [1. Introdução](#)
 - [2. Metodologia](#)
 - [3. Resultados e discussão](#)
 - [4. Conclusão](#)
- [Referências](#)

RESUMO:

O presente estudo teve por objetivo avaliar os fatores associados à insegurança alimentar em populações pobres residentes no município de Diamantina, Minas Gerais. Foram pesquisadas 395 famílias residentes na periferia e distritos do município, sendo utilizados a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, questionário socioeconômico e demográfico. Foram realizadas análises bivariada e multivariada através de regressão logística. Entre a população estudada, 6,84% encontrava-se em Segurança Alimentar, 57,97% em Insegurança Alimentar Leve, 29,62% em Insegurança Alimentar Moderada e 5,57% em Insegurança Alimentar Grave. Observou-se que entre as famílias pesquisadas os fatores associados à Insegurança Alimentar Moderada e Grave foram: pertencer ao Programa Bolsa Família (OR=2,22; IC=1,41-3,52), ter número de filhos superior a quatro (OR=2,34; IC=1,36-4,03) e renda familiar inferior a um salário mínimo (OR=1,8; IC=1,15-2,81). Pode-se concluir que a Insegurança Alimentar esteve associada à vulnerabilidade social, sendo necessárias ações estruturais para reverter tal quadro.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Direito Humano à Alimentação, Transferência de Renda, Escala Brasileira de Segurança Alimentar.

ABSTRACT:

This study had the objective to evaluate the associated factors to insecurity food in poor populations resident in Diamantina, Minas Gerais. Were researched 395 families on the city's periphery and its districts, using the Brazilian Insecurity Food Scale, social-economic and demographic questionnaires. Were done Bivaried and multivaried analyses through logistic regression. In the studied population, 6.84% were in Insecurity food, 57.97% in Light Insecurity food, 29.62% in Moderated Insecurity food and 5.57% in Serious Insecurity food. The associated factors observed to Moderated and Serious Insecurity food on the researched families were: belong to Bolsa Família program (OR=2.22; IC=1.41-3.52), have at least five children (OR=2.34; IC=1.36-4.03) and have family income under 465 R\$ (minimum wage) (OR=1.8; IC=1.15-2.81). It is possible to conclude that Insecurity food was associated to social vulnerability, becoming necessary structure actions to change this situation.

Keywords: Public Policies, the Human Right to Food, Cash Transfer, Brazilian Scale Food Security.

1. Introdução

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano. No Brasil, este é indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal. Assim sendo, o país deve adotar políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional da população, levando em consideração fatores socioeconômicos, culturais e ambientais. O Governo deve, ainda, criar mecanismos de fiscalização e monitoramento para garantir a implementação adequada das políticas estabelecidas (Carvalho, Rocha, 2011; Custódio *et al.*, 2011; CONSEA, 2004; Belik, 2003).

No Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram no início do século XX, ao mesmo tempo em que a sociedade civil começava a organizar movimentos com este propósito (Belik, 2003).

Neste contexto, em 1993, surge o movimento social Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, articulado por Hebert de Souza, o Betinho, tendo como meta a diminuição do número assustador de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. Este foi um dos primeiros movimentos de expressão de combate à fome no país.

As forças civis e governamentais se fundem no governo de Itamar Franco (1992 – 1994) com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão de consultoria e assessoria para a elaboração de diretrizes que contribuam para o alcance do direito à alimentação. Tais políticas sofreram uma estagnação com o Plano Real criado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, voltando a ganhar força, somente no segundo mandato, com a criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (Zimmermann, 2006; CONSEA, 2004).

Entretanto, as ações de maior repercussão neste âmbito surgiram com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que iniciou o seu mandato com a implementação do Programa Bolsa Família, criado pelo governo federal em outubro de 2003, através da unificação de quatro benefícios anteriores (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação). A Bolsa Família tornou-se um dos principais programas de combate à fome no Brasil, pois para muitas famílias pobres, os benefícios desse Programa são a única possibilidade de obtenção de uma renda (Pires, Jardim, 2014; Zimmermann, 2006).

Tais políticas levam em consideração o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional que:

“Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (CONSEA, 2004).

Ao contrário, a (in)segurança alimentar pode ser detectada por diversas manifestações, desde fome, desnutrição e carências específicas como também pelo excesso de peso e doenças decorrentes da alimentação inadequada (Morais *et al.*, 2014).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é um método utilizado para avaliar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional em estudos populacionais. Tal escala leva em consideração a situação atual e prévia de privação alimentar vividas pelas famílias classificando-as em: situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) quando a disponibilidade de alimentos é frequente e não há preocupação com a falta destes no futuro; Insegurança Alimentar que pode ser subdividida em três níveis: Insegurança Alimentar Leve (IAL) que é caracterizada pela presença do medo da falta de alimentos, Insegurança Alimentar Moderada (IAM) quando ocorre um déficit na qualidade em busca da quantidade dos alimentos consumidos e Insegurança Alimentar Grave (IAG) quando há diminuição da quantidade e/ou ausência de alimentos que satisfaçam às necessidades da família (Segall-Correa *et al.*, 2004). Medir a insegurança alimentar domiciliar é um desafio em função da complexidade e do extenso número de fatores associados a este fenômeno. Assim sendo, nenhum indicador, isoladamente, consegue abranger as múltiplas dimensões da (in) segurança alimentar e nutricional (Morais *et al.*, 2014).

Em pesquisa realizada pelo IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD), em 2004, 23 milhões dos domicílios (65,2%), entre os 52 milhões entrevistados, encontravam-se em insegurança alimentar nos seus variados níveis (IBGE, 2006). No estudo realizado pelo IBASE, que avaliou as repercussões do Programa Bolsa Família quanto ao estado de SAN em 5.000 domicílios distribuídos

no país, verificou-se que, do total de beneficiados, 83,1% conviviam com algum tipo de IA, havendo diferenças significativas entre as regiões (IBASE, 2008).

Em estudo realizado entre famílias residentes em 14 municípios da Paraíba, foi possível observar que 52,5% das famílias estavam em situação de (in) segurança alimentar (Vianna, Segall-Corrêa, 2008). Em uma comunidade localizada no Alto Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, foi observado que 46,4% das famílias pesquisadas estavam em situação de IA (Nobre *et al.*, 2009). Em 2010, um estudo realizado no Sul do Brasil, foi possível observar que a prevalência de insegurança alimentar familiar foi de 11% (IC95%: 9,3-12,6), sendo que 3% foram classificados em insegurança alimentar com fome (Santos, Gigante, Domingues, 2010).

O Brasil, por possuir uma vasta área territorial, é um país de contraste. O modo de apropriação do espaço ao longo da história, associado às variações climáticas, foi o fator responsável pela desigualdade existente. Por este motivo, o estudo da relação entre insegurança alimentar, perfil socioeconômico e fatores associados é de suma importância para a caracterização das condições de vida das populações dos diferentes sub-espacos, o que é fundamental para tomada de decisões em relação às políticas públicas loco-regionais (Fraga *et al.*, 2007; Pereira *et al.*, 2006).

Conforme o que foi exposto, o presente estudo teve por objetivo avaliar os fatores associados à insegurança alimentar em populações pobres residentes no município de Diamantina, Minas Gerais.

2. Metodologia

A presente pesquisa foi realizada em parceria com a coordenação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social da cidade de Diamantina e caracterizou-se por ser um estudo transversal descritivo no qual a coleta dos dados ocorreu durante visitas realizadas às residências de cada família, beneficiada ou não pelo Programa Bolsa Família (PBF) desenvolvido pelo Governo Federal, durante os meses de julho de 2008 a janeiro de 2009.

A amostra foi composta de 395 famílias distribuídas entre três bairros da sede urbana do município (233 famílias) e três distritos (162 famílias) do município de Diamantina. Os locais foram escolhidos, intencionalmente, levando-se em consideração as baixas condições socioeconômicas da população. As famílias participantes foram selecionadas através de sorteio e escolhidas somente aquelas com, pelo menos, um integrante com idade menor ou igual a sete anos de idade.

Para as entrevistas foram utilizados os questionários sociodemográfico e econômico com as seguintes variáveis: cor alto referenciada, renda familiar, água canalizada no domicílio, luz elétrica, esgotamento sanitário, beneficiário ou não do Bolsa Família, sexo do respondente, número de pessoas no domicílio, escolaridade paterna e materna e número de filhos. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA foi utilizada para medir a situação de segurança alimentar das famílias. As entrevistas foram feitas na presença de um Agente de Saúde para maior aceitação por parte dos entrevistados. A EBIA é composta por 15 questões fechadas contendo respostas do tipo sim ou não, referente aos últimos doze meses, reproduzindo a preocupação de a comida acabar antes de se ter condições de adquirir mais até sua completa falta. Na totalidade das perguntas sete são direcionadas apenas à famílias onde há moradores menores de 18 anos. Cada resposta afirmativa corresponde a um ponto, a soma obtida representa a pontuação da escala cuja amplitude varia de 0 a 15 pontos. Os resultados obtidos são assim categorizados: SA nenhuma resposta positiva; IAL: 1-5 pontos em famílias com menores de 18 anos ou 1-3 pontos nas sem menores; IAM: 6-10 ou 4-6 pontos; e IAG: 11-15 ou 7-8 pontos (IBGE, 2009; Fraga *et al.*, 2007; Pereira *et al.*, 2006).

Para as análises estatísticas, os seguintes procedimentos foram adotados: inicialmente, foi realizada análise descritiva da população e, posteriormente, realizou-se análise bivariada entre condição de segurança alimentar e diversas variáveis sociodemográficas e econômicas das famílias. Para a análise multivariada, foram utilizados procedimentos de regressão logística estimando a razão de chances da situação de insegurança alimentar moderada/grave segundo variáveis independentes. Iniciou-se com o processo *backward* contendo todas as variáveis disponíveis no estudo, e a permanência de cada variável no modelo obedeceu ao nível de significância estabelecido de 5%. Para a construção do banco de dados e análises estatísticas utilizou-se o Software Epiinfo versão 6.04 e Stata 7.0 ®.

O presente estudo faz parte do projeto intitulado "Avaliação do Programa Bolsa Família: Aspectos sócio-econômicos, Qualidade alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional dos Beneficiários do Município de Diamantina - MG", que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa

(CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri sob o número de registro permanente 004/08. As pessoas selecionadas foram esclarecidas sobre os objetivos da pesquisa, e só participaram da mesma, aquelas que formalizaram o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através da assinatura.

3. Resultados e discussão

Do total das 395 famílias entrevistadas, 199 (50,8%) eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Este resultado se assemelha ao encontrado por Pereira *et al.*, (2006) no qual 53,0% das famílias avaliadas recebiam algum tipo de auxílio ou doação, seja Governamental ou não.

Entre a população estudada, 6,8% encontrava-se em Segurança Alimentar e Nutricional, 57,9% em Insegurança Alimentar Leve, 29,6% em Insegurança Alimentar Moderada e 5,6% em Insegurança Alimentar Grave (Tabela 1).

Os valores encontrados para a insegurança alimentar (93,2%) foram superiores aos observados em estudos realizados em diferentes regiões do Brasil. Em Campinas, a insegurança alimentar atinge 60,5% das famílias (Panigassi *et al.*, (2008), no Mato Grosso do Sul, foi possível observar uma prevalência de insegurança alimentar em 75,5% das famílias (Fávaro *et al.*, 2007). A prevalência de insegurança alimentar em uma localidade da região metropolitana de Curitiba foi de 81,6% (Monteiro *et al.*, 2014). Em estudo realizado em Itumbiara, Go, a prevalência de insegurança alimentar foi de 51,4% na famílias analisadas (Peixoto *et al.*, 2014). Em Minas Gerais, estudo realizado em uma comunidade rural de Diamantina – Galheiros, a prevalência de insegurança alimentar foi de 46,4% (46,4%) (Nobre *at al.*, 2009). Diante destes dados, é possível perceber que a situação de insegurança alimentar é peculiar a cada sub-espaco, variando até mesmo dentro do próprio município. Motivo pelo qual, estudos abrangentes podem mascarar a verdadeira realidade vivenciada pelas populações de cada localidade.

Tabela 1. Características socioeconômicas e demográficas da população de estudo. Diamantina, 2008.

Variáveis	N	%
Situação de Segurança Alimentar		
Segurança Alimentar	27	6,8%
Insegurança Alimentar Leve	229	57,9%
Insegurança Alimentar Moderada	117	29,6%
Insegurança Alimentar Grave	22	5,6%
Beneficiário do Programa Bolsa Família		
Não	196	49,6%
Sim	199	50,8%
Cor alto referenciada		
Branca	47	11,9%
Parda	218	55,2%
Negra	130	32,9%

Renda familiar		
Menor que 1 salário mínimo	142	36,0%
1 a 3 salários mínimos	249	63,2%
3 a 5 salários mínimos	3	0,8%
Água canalizada no domicílio		
Sim	348	88,1%
Não	47	11,9%
Luz elétrica		
Sim	387	97,9%
Não	8	2,0%
Esgotamento sanitário		
Sim	337	85,3%
Não	58	14,7%
Sexo do respondente		
Feminino	384	97,2%
Masculino	11	2,8%
Escolaridade materna		
Analfabeta ou 1 a 3 anos	106	26,9%
4 ou mais anos	288	73,1%
Escolaridade paterna		
Analfabeto ou 1 a 3 anos	108	27,4%
4 ou mais anos	286	72,6%
Número de pessoas no domicílio		
1 a 4 pessoas	185	46,9%
Mais de 4 pessoas	209	53,1%

Observa-se ainda, pela Tabela 1, que a maioria (97,9%) dos domicílios era provida de energia elétrica, água canalizada no domicílio (88,1%) e esgotamento sanitário (85,3%). Contudo, os resultados para: água canalizada e esgotamento sanitário no domicílio foram inferiores quando

comparados aos dados encontrados para o Brasil e o Brasil urbano, respectivamente: 92,6% e 95%; 96,1% e 98,9%. Em relação a energia elétrica os dados foram semelhantes aos encontrados para o Brasil e Brasil urbano (98,6% e 99,8%) (IBGE, 2008). Esta comparação nos permite afirmar que o acesso aos serviços básicos, na área estudada, ainda é um problema.

Quanto à renda familiar, 36,0% do total das famílias recebia menos de um salário mínimo, valor este superior aos achados para o Brasil (29,8%) e o Brasil urbano (22,5%) (IBGE, 2008), o que demonstra a precária condição econômica em que vivem as famílias pesquisadas.

Em relação à cor alto referenciada pelos respondentes foi encontrada a seguinte distribuição: 11,9% eram brancos, 55,2% pardos e 32,9% negros; diferindo do encontrado para o Brasil urbano: 50,3%, 41,7% e 7,1% respectivamente [14]. Tais achados podem ser explicados em decorrência da história do município: elevado número de escravos oriundos da colonização mineradora.

Para a análise bivariada e multivariada, houve novos agrupamentos das variáveis socioeconômicas e demográficas, sendo estas relacionadas à situação de segurança alimentar e nutricional (SAN), insegurança alimentar leve (IAL), insegurança alimentar moderada (IAM) e insegurança alimentar grave (IAG) em um primeiro momento. Entretanto, com esse modelo de cruzamento nas correlações em que houve significância, os intervalos de confiança foram de elevada amplitude, comprometendo assim a precisão dos resultados. Para exemplificar, a razão de chances para famílias com renda inferior a um salário mínimo foi de 7,2 ($p=0,009$; IC= 1,65 a 31, 39) para IA. Motivo pelo qual, optou-se no segundo momento, para o cruzamento entre SAN + IAL com IAM + IAG e as demais variáveis.

Observou-se (Tabelas 2 e 3) que entre as famílias pesquisadas os fatores associados a IAM e IAG foram: pertencer ao Programa Bolsa Família (OR=2,22; $p=0,001$; IC=1,41-3,52), ter número de filhos superior a quatro (OR=2,34; $p=0,002$; IC=1,36-4,03), renda familiar inferior a um salário mínimo (OR=1,8; $p=0,009$; IC=1,15-2,81), não sendo encontrada associação significativa para as demais variáveis do estudo.

Tabela 2. Associação entre situação de segurança alimentar e variáveis socioeconômicas e demográficas. Diamantina, 2008.

Variáveis	SAN+IAL	IAM+IAG	Valor de p
Cor alto referenciada			0,88
Branca	30	17	
Negra e parda	226	122	
Número de filhos			0,00
1 a 4 filhos	223	95	
4 ou mais filhos	33	44	
Número de pessoas no domicílio			0,49
Até 4 pessoas	123	62	
Acima de 4 pessoas	132	77	
Escolaridade materna			0,00
Analfabeta ou até 3 anos de estudo	57	49	
4 ou mais anos de estudo	198	90	

Renda familiar			0,00
Até 1 salário mínimo	78	64	
Acima de 1 salário mínimo	177	75	
Energia elétrica			0,16*
Não	7	1	
Sim	249	138	
Esgotamento sanitário			0,28
Não	34	24	
Sim	222	115	
Água tratada			0,14
Não	26	21	
Sim	230	118	
Beneficiário do programa Bolsa Família			0,00
Sim	106	93	
Não	150	46	

* teste exato de Fischer

Tabela 3. Modelo final de regressão logística para a insegurança alimentar Moderada/ Grave, Diamantina, 2008.

Variáveis	OR	Valor de <i>p</i>	IC
Ser beneficiário da Bolsa Família	2,22	0,001	1,41-3,52
Ter mais de 4 filhos	2,34	0,002	1,36-4,03
Renda familiar inferior a 1 salário mínimo	1,8	0,009	1,15-2,81

Em relação à cor, número de pessoas no domicílio, escolaridade materna, presença de energia elétrica, esgotamento sanitário e água encanada no domicílio, nossos achados são discordantes com os encontrados em diferentes estudos (Hoffmann, 2008; IBASE, 2008; Vianna, Segall-Corrêa, 2008; Nobre *et al.*, 2009; Salles-Costa *et al.*, 2009), o que pode ser explicado pelo agrupamento utilizado e número de famílias do presente estudo.

As famílias beneficiadas pelo Bolsa Família tinham 2,22 vezes mais chances de conviverem com a situação de IAM e IAG que aquelas não beneficiadas. Esses resultados são concordantes com os dados do IBASE (2008) onde entre os beneficiários do BF mais da metade (54,8%) se encontravam

nessa situação. Vianna e Segall-Corrêa *et al.* (2008) e Segall-Corrêa *et al.*, (2008), ao analisarem a estratificação de IA relacionada com o recebimento de algum tipo de auxílio financeiro, verificaram que mais da metade das famílias em IAG estavam incluídas em algum programa oficial de transferência de renda.

Os achados demonstram que as famílias atendidas pelo programa Bolsa Família são aquelas que apresentam uma maior vulnerabilidade social. Por outro lado, o recurso recebido pode ser a única fonte de renda familiar, fazendo com que seja necessário o uso do mesmo com outros gastos essenciais (IBASE, 2008) cooperando, ainda mais, para a situação de IA. Além disso, o valor máximo repassado está sujeito às oscilações do mercado e é inferior ao preço da cesta básica, que em julho de 2009, na cidade de Belo Horizonte, custava 214 reais e 55 centavos (DIEESE, 2009).

As famílias com mais de quatro filhos apresentaram 2,34 vezes mais chances de estarem em situação de IAM e IAG quando comparadas àquelas com menor número de filhos. Não foram encontrados, na literatura, estudos que correlacionassem o número de filhos com a situação de IAM e IAG, o que impossibilitou a realização de uma análise comparativa.

As famílias com renda inferior a um salário mínimo tinham 1,8 vezes mais chance de conviverem com a situação de IAM e IAG do que aquelas com maior renda. Em estudo realizado por Panigassi *et al.*, (2008) em Campinas, foi constatado que as famílias com renda inferior a dois salários mínimos tinham 12,95 mais chances de estarem em IAM e IAG. A diferença encontrada entre as razões de chances nos dois estudos pode ser explicada pelos diferentes pontos de corte para a renda.

Tais variáveis retratam a situação de pobreza em que se encontravam as famílias pesquisadas.

4. Conclusão

Pelo exposto, pode-se concluir que mais de um terço das pessoas residentes nos domicílios encontram-se em situação de insegurança alimentar moderada e grave, não tendo acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas ao consumo. E que a insegurança alimentar esteve associada à vulnerabilidade social. Para reversão de tal quadro são necessárias políticas públicas que garantam a estas populações o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Referências

- BELIK, W. (2003). Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 12(1): 12-20.
- CARVALHO, E. O.; ROCHA, E. F. (2011). Consumo alimentar de população adulta residente em área rural da cidade de Ibatiba (ES, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):179-185.
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. (2004). Princípios e diretrizes para uma política nacional de segurança alimentar. Brasília: CONSEA, 2004.
- Comitê de São Paulo. Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. (1993). Disponível em: < <http://www.acaodacidadania.com.br/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.
- CUSTÓDIO, M. B.; FURQUIM, N. R.; SANTOS, G. M. M.; Cyrillo, D. C. (2011). Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 18(1): 1-10.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Cesta Básica Nacional, [periódico eletrônico] 2009 [citado em 2009 ago 13]. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/racago09.xml>.
- FÁVARO, T.; RIBAS, D. L. B.; ZORZATTO, J. R.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; PANIGASSI, G. (2007). Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro. 23(4): 785-793.
- FRAGA, D. S.; CAMARGO, M.; VITOLLO, M. R.; SANTOS, R. P. M. (2007). Relação entre insegurança alimentar e perfil socioeconômico das famílias residentes em uma área de risco de Porto Alegre/RS. *Boletim de Saúde*, 21(1), 67-76.
- HOFFMANN, R. (2008). Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 15(1): 49-61.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2006). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004: Segurança Alimentar. Rio de Janeiro; 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008. Rio de Janeiro; 2008.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). (2008). Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas, Relatório Técnico Preliminar, 2008, p. 1-18.

MONTEIRO, F.; SCHMIDT, S. T.; COSTA, I. B.; ALMEIDA, C. C. B.; MATUDA, N. S. (2014). Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 19(5): 1347-1357.

NOBRE, L. N.; MURTA, N. M. G. SOUZA, M. M.; FERREIRA, N. C.; CARDOSO, L. M.; HAMACEK, F. R. (2009). Segurança Alimentar em uma Comunidade Rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. *Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas*, 16(1): 18-31.

PANIGASSI, G.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARION-LEON, L.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SAMPAIO, M. F. A.; MARANHA, L. K. (2008). Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. *Caderno de Saúde Pública*. 24(10): 2376-2384.

PEIXOTO, M. R. G.; RAMOS, K.; MARTINS, K. A. SCHINCAGLIA, R. M.; BRAUDES-SILVA, L. A. (2014). Insegurança alimentar na área de abrangência do Núcleo de Apoio à Saúde da Família em Itumbiara, Goiás. *Epidemiol Serv Saude*. 23(2):327-36.

PEREIRA, D. A.; VIEIRA, V. L.; FIORE, E. G.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (2006). Insegurança Alimentar em Região de Alta Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 13(2): 34-42.

PIRES, F. F.; JARDIM, G. A. S. (2014). Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(85): 99-112.

SALLES-COSTA, R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, T. L.; VEIGA, G. V.; MARINS, V. M. R.; JARDIM, B. C.; et al. (2008) Associação entre fatores socioeconômicos e Insegurança Alimentar: estudo de base populacional na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *Rev. Nutr., Campinas*, 21(Supl): 99s-109s.

SANTOS, J. V.; GIGANTE, D. P.; DOMINGUES, M. R. (2010). Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*, 26(1): 41-49.

SEGALL-CORREA, A. M.; PEREZ-ESCAMILLA, R. S.; SAMPAIO, M. F.; MARIN, L.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L. K. (2004). Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Relatório técnico, Campinas, 2004, 49 p.

VIANNA, R. P. T.; SEGALL-CORRÊA A. M. (2008). Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Rev. Nutr., Campinas*, 21(Supl): 111s-122s.

ZIMMERMANN, C. R. (2006), "Social programs from a human rights perspective: the case of the Lula administration's Family Grant in Brazil". *Sur, International Journal on Human Rights*, 3 (4): 145-161.

1. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

2. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

3. Graduada em Nutrição pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina-MG

4. Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Docente do Curso de Nutrição, do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

5. Mestre em Saúde, Sociedade e Ambiente pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Docente do Curso de Engenharia de Alimentos das Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE.

6. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Docente do Curso de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. E-mail: angelinalessa@hotmail.com

[Índice]

[En caso de encontrar algún error en este website favor enviar email a [webmaster](#)]

©2017. revistaESPACIOS.com • Derechos Reservados